JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORREA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Socialismo Arcaico

Reuniram-se em convenção os trabalhistas ingleses. Têm mesmo muito o que conversar. Onde estão as bandeiras do partido, que fizeram o sucesso político de homens como Harold Wilson? O terceiro período de governo concedido a Margaret Thatcher impede que elas sejam desfraldadas; e, se o fossem, já não ofereceriam os atrativos de outrora.

Todo o pensamento de moldes socialistas, com efeito, atravessa na Europa uma profunda crise de identidade, com reflexos para o resto do mundo. Entre o capitalismo dinâmico da Sra Thatcher e a *perestroika* anunciada pelo Kremlin, desenha-se um arco onde a tônica é a denúncia das crenças estabelecidas.

Foi abalado o critério básico dos diversos socialismos — a idéia de um Estado bom patrão, generoso e previdente. A internacionalização crescente da economia conspira cada vez mais contra o planejamento central, rígido ou brando. Com o tempo, também ficou evidente que os funcionários do Estado, num clima de condescendência "socialista", cuidam mais do seu bem particular do que do bem público — fenômeno bastante evidente, aqui, no bem-sucedido movimento dos funcionários do Banco Central, que foram nas águas de outros bancos oficiais.

O *Welfare Statecomeçou* a custar caro demais — e a produzir de menos. Governos como o de François Mitterrand, a princípio muito ortodoxos em suas crenças, logo fizeram correções de rumo. Os trabalhistas ingleses são dos últimos a perceberem que é preciso trocar o ritmo de sua música, se querem ver a multidão acompanhá-los. Mas trocar para que ritmo? Esta é a discussão febril que agita os socialistas europeus.

Lerão os jornais os "nossos" socialistas? Estarão eles interessados em discutir o tamanho do Estado e seus padrões de eficiência? A idéia de que o Estado brasileiro ia promover uma "redistribuição de renda", tirando dos ricos para dar aos pobres, já mostra o seu desfecho concreto: o Estado sangra a iniciativa privada; e ao pobre oferece o imposto brutal da inflação, que é cobrado em cada litro de leite, em cada pedaço de pão. O Estado, tal como existe agora, desequilibra a vida econômica com a sua voracidade; e, como não produz nada, não tem nada a dar aos mais pobres.

O que seria necessário? Antes de mais nada, dinamizar a economia (que vai estagnando); abrir-lhe os espaços que foram sendo ocupados pelo polvo do oficialismo.

Em vez disso, o que entra em campo é a velha idéia paternalista do socialismo de outrora, consubstanciada num inconsistente regime de "estabilidade no emprego" que se quer gravar na própria Constituição.

Como outros assuntos de uma Constituição que abriu mão da nossa tradição constitucional, e que por causa disso parece estar resolvendo todos os problemas a toque de caixa, este também não foi suficientemente amadurecido. É confrangedor verificar que assunto tão sério foi resolvido com base no calor dos debates, dos rótulos sovados de "progressista" e "conservador". (E pior ainda verificar que, numa questão vital, os presidentes da Fiesp e da CNI entraram na hora errada, com proposições equivocadas, e saíram desmoralizados.)

Quer-se dar "estabilidade no emprego" ao trabalhador brasileiro. Esta segurança, no nível em que se pretende estabelecê-la, só é possível (com os resultados conhecidos) em países como a União Soviética — que, por causa disso, está mostrando níveis de produtividade desastrosos; ou então em países muito ricos, onde as empresas possam manter inativos contingentes inteiros de trabalhadores.

Numa economia como a nossa, intrinsecamente instável, o estatuto que se quer aprovar só pode trabalhar contra a saúde das empresas — e, portanto, contra o mercado de trabalho. Em última análise, contra o próprio trabalhador.